

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



2º QUADRIMESTRE DE 2011
SALVADOR, 30 DE SETEMBRO DE 2011



SECRETARIA DA FAZENDA

Secretaria da Fazenda

GOVERNADOR

JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE

PEDRO CÉSAR GASPAS DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADORA GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE
FINANCEIRO (EM EXERCÍCIO)

MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA CARRERA

DIRETOR DO TESOURO

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

FLORISVALDO ANUNCIÇÃO DE LIMA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RECEITAS	4
2.1 Receitas Correntes	5
2.1.1 Receitas Tributárias	5
2.1.2 Transferências Correntes	6
2.2 Receitas de Capital	8
3. DESPESAS	8
3.1 Despesas Correntes	9
3.2 Despesas de Capital	10
4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	10
5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES	10
6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11
7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE	12
8. RESTOS A PAGAR	12
9. RESULTADO PRIMÁRIO	13
10. RESULTADO NOMINAL	13
11. DÍVIDA PÚBLICA	14
12. CONCLUSÃO	15
13. GLOSSÁRIO	16

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia até o 2º quadrimestre de 2011, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 28 de setembro de 2011, em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

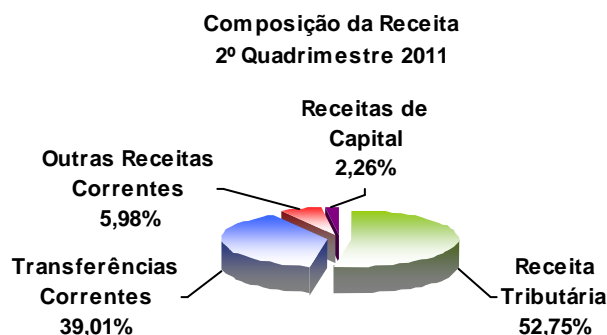
2. RECEITAS

Balanco Orçamentário da Receita					Em mil Reais
Discriminação	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Agosto			Variação Nominal (%) 2011/2010
		2011	Orçamento (%) Realizado	2010	
Receitas Correntes	24.365.026	17.028.615	69,89	15.482.378	9,99
Receita Tributária	13.001.693	9.190.578	70,69	8.462.867	8,60
Receita de Contribuições	1.281.072	975.260	76,13	867.531	12,42
Receita Patrimonial	261.769	266.985	101,99	362.083	(26,26)
Receita Agropecuária	1.713	164	9,60	89	85,16
Receita Industrial	216	38	17,39	8	347,68
Receita de Serviços	210.932	64.458	30,56	55.555	16,03
Transferências Correntes	9.754.477	6.795.810	69,67	5.790.593	17,36
Outras Receitas Correntes	1.091.519	683.875	62,65	739.771	(7,56)
Conta Retificadora	(2.846.122)	(2.004.484)	70,43	(1.754.996)	14,22
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.607.757	1.055.931	65,68	958.877	10,12
Receitas de Capital	2.006.244	393.347	19,61	703.647	(44,10)
Operações de Crédito	1.014.627	102.746	10,13	278.247	(63,07)
Alienação de Bens	85.829	3.881	4,52	2.360	64,50
Amortização de Empréstimos	72.418	59.047	81,54	48.800	21,00
Transferências de Capital	828.840	227.673	27,47	374.222	(39,16)
Outras Receitas de Capital	4.531	-	-	18	(100,00)
Subtotal das Receitas (I)	26.371.270	17.421.963	66,06	16.186.024	7,64
Superávit Financ.de Exerc. Anteriores(II)	801.710	-	-	-	-
Total (III=I+II)	27.172.980	17.421.963	-	16.186.024	-

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas realizadas até o 2º quadrimestre, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 17,42 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 7,64% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizados 66,06% da previsão anual atualizada das receitas do Estado.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com uma participação de 52,75% e 39,01%, respectivamente.



2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

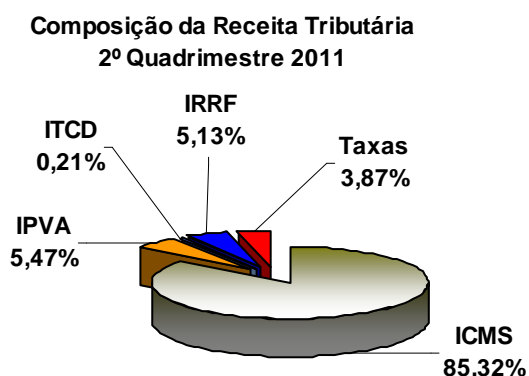
Foram realizadas nesta categoria R\$ 17,03 bilhões, representando uma realização de 69,89 % das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 9,99%, em relação ao mesmo período de 2010.

2.1.1 - Receitas Tributárias

Receita Tributária		Em mil Reais			
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Agosto			
		2011	Orçamento % Realizado	2010	Variação Nominal (%) 2011/2010
Receita Tributária	13.001.693	9.190.578	70,69	8.462.867	8,60
ICMS	11.193.574	7.840.996	70,05	7.313.673	7,21
IPVA	586.964	502.834	85,67	439.050	14,53
ITCD	30.626	19.549	63,83	15.362	27,25
IRRF	694.205	471.217	67,88	413.213	14,04
Taxas	496.324	355.982	71,72	281.569	26,43

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 9,19 bilhões, com um aumento nominal de 8,60% na arrecadação, em relação ao realizado até o 2º quadrimestre do ano anterior.



As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 85,32% da receita tributária realizada, apresentaram arrecadação de R\$ 7,84 bilhões, com uma realização de 70,05% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 7,21% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior.

O IPVA apresentou uma variação nominal positiva de 14,53% se comparado com o realizado no mesmo período de 2010, sendo arrecadados R\$ 502,83 milhões. A participação do IPVA no total das receitas tributárias realizadas em 2011 foi de 5,47%, sendo realizado 85,67% do previsto anual atualizado.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 14,04% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 471,22 milhões. Foram realizados 67,88% do valor previsto.

As Taxas arrecadadas até o 2º quadrimestre de 2011 somaram o valor de R\$ 355,98 milhões, com um acréscimo de 26,43% em relação a 2010. Foram realizados 71,72% do previsto anual atualizado.

Com relação ao ITCD, a realização somou R\$ 19,55 milhões, apresentando um aumento de 27,25% em relação a 2010, com uma realização de 63,83% do valor previsto atualizado.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 39,91 % das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando no período de janeiro a agosto de 2011, o montante R\$ 6,80 bilhões. Com relação ao mesmo período de 2010, verificou-se um aumento de 17,36% nos ingressos das transferências correntes.

Das Transferências Correntes, merecem destaque pela sua relevância, a realização dos recursos do FPE, FUNDEB e SUS, os quais tiveram uma participação percentual de 55,95%, 22,42 e 10,79%, respectivamente, no total realizado.

Transferências Correntes

Em mil Reais

Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Agosto			
		2011	Orçamento (%) Realizado	2010	Varição Nominal (%) 2011/2010
Transferências Correntes	9.754.477	6.795.810	69,67	5.790.593	17,36
FPE	5.368.299	3.802.386	70,83	2.961.801	28,38
IPI Exportação	238.464	167.044	70,05	117.976	41,59
CIDE	118.019	97.851	82,91	83.854	16,69
Compensação Financeira - Royalties	248.424	178.480	71,84	149.768	19,17
SUS	996.492	733.235	73,58	686.601	6,79
FNDE	196.120	100.003	50,99	327.595	(69,47)
Lei Kandir	77.891	36.237	46,52	36.237	0,00
Salário Educação	59.650	56.824	95,26	50.336	12,89
Transferências do FUNDEB	2.120.349	1.523.790	71,87	1.251.126	21,79
Transferências de Convênios	126.544	89.723	70,90	102.914	(12,82)
Outras Transferências Correntes	204.224	10.235	5,01	22.385	(54,28)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

No período de janeiro a agosto de 2011, o repasse do FPE atingiu R\$3,80 bilhões, com um incremento de 28,38%, valores nominais, na comparação com o mesmo período de 2010. Foram realizados 70,83% do valor previsto atualizado para 2011.

As transferências do FUNDEB atingiram o montante de R\$ 1,52 bilhão contra R\$ 1,25 bilhão, realizados em 2010, ou seja, um crescimento nominal de 21,79%. Houve uma realização de 71,87% do valor previsto atualizado.

As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram até o 2º quadrimestre de 2011, R\$ 733,24 milhões, superior em 6,79% ao realizado no mesmo período de 2010.

Nas demais transferências notam-se a redução dos recursos do FNDE, o qual apresentou um decréscimo de 69,47% em relação a mesmo período de 2010.

Já os recursos oriundos do IPI Exportação somaram R\$167,04 milhões, 41,59% em relação ao mesmo período anterior, enquanto que, os recursos provenientes de Royalties, CIDE e Salário Educação, apresentaram um crescimento de 19,17%, 16,69% e 12,89% respectivamente.

2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital atingiram o montante de R\$393,35 milhões. Houve uma redução de 44,10% comparada ao mesmo período do ano anterior e foi realizado nessa rubrica, 19,61% da previsão anual atualizada.

As Operações de Crédito totalizaram R\$ 102,75 milhões, com uma variação nominal negativa de 63,07% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo realizado 10,13% do valor previsto. Encontra-se em tramitação, operações de crédito que tem por agentes financiadores o BIRD e BID.

A receita de Amortização de empréstimos apresentou um índice de realização de 81,54% em relação ao previsto, totalizando R\$ 59,05 milhões.

Em relação ao período de janeiro a agosto de 2010, este item apresentou um crescimento nominal de 21,00%.

As Transferências de capital, formadas em quase sua totalidade (99,40%) pelas Transferências de convênios (R\$226,30 milhões), apresentaram uma realização de R\$ 227,67 milhões, com variação nominal negativa de 39,16%.Do montante previsto atualizado, foram realizados 27,47%.

3. DESPESAS

As despesas realizadas até o 2º quadrimestre de 2011 totalizaram R\$ 16,22 bilhões, correspondentes a 59,68% do valor orçado. Observa-se um crescimento de 6,22% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Balço Orçamentário da Despesa

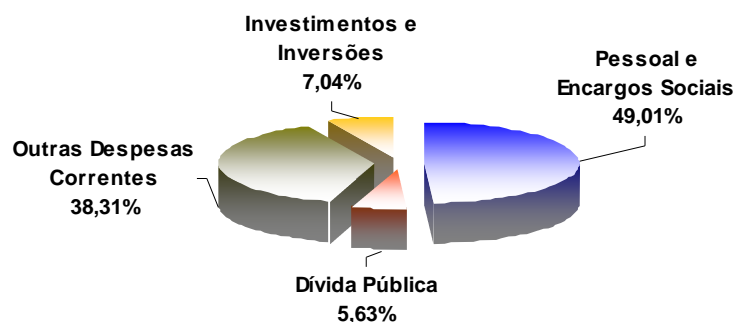
Em mil Reais

Discriminação	Previsão Atualizada 2011	Executada - Janeiro a Agosto			
		2011	Orçamento % Realizado	2010	Varição % 2011/2010
Despesas Correntes	23.115.139	14.473.049	62,61	13.382.090	8,15
Pessoal e Encargos Sociais	12.283.712	7.947.957	64,70	7.214.918	10,16
Juros e Encargos da Dívida	460.217	312.745	67,96	317.299	(1,44)
Outras Despesas Correntes	10.371.211	6.212.348	59,90	5.849.872	6,20
Despesas de Capital	4.045.941	1.742.763	43,07	1.883.874	(7,49)
Investimentos	2.816.930	856.912	30,42	1.121.740	(23,61)
Inversões Financeiras	503.216	285.262	56,69	166.571	71,26
Amortização da Dívida	725.796	600.590	82,75	595.563	0,84
Reserva de Contingência	11.900	-	-	-	-
Total	27.172.980	16.215.813	59,68	15.265.964	6,22

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 49,01% de participação no total realizado no período, seguidos das Outras Despesas Correntes com 38,31%, Dívida Pública com 5,63% e Investimentos e Inversões Financeiras com 7,04%.

**Composição das Despesas Realizadas
2º Quadrimestre 2011**



3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

No período analisado, as despesas correntes totalizaram R\$ 14,47 bilhões, representando uma realização de 62,61 % do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 7,95 bilhões, correspondendo a 64,70 % da previsão anual. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 312,75 milhões, correspondendo a 67,96% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e as Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 6,21 bilhões, ou seja, 59,90% do fixado para o ano.

3.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 1,74 bilhão. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 856,91 milhões, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 600,59 milhões, e Inversões Financeiras com R\$ 285,26 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Estado gerou poupança corrente da ordem de R\$ 2,55 bilhões, absorvendo o déficit nas contas de capital de R\$ 1,35 bilhão, e, por conseguinte, alcançando um superávit orçamentário da ordem de R\$ 1,21 bilhão.

Demonstrativo do Resultado Orçamentário				Em mil reais
Especificação	Janeiro a Agosto			
	2011	2010	Variação Nominal	
Receitas Correntes	17.028.615	15.482.378	9,99	
(-) Despesas Correntes	(14.473.049)	(13.382.090)	8,15	
Superávit Corrente	2.555.566	2.100.288	21,68	
(+) Receitas de Capital	393.347	703.647	(44,10)	
(-) Despesas de Capital	(1.742.763)	(1.883.874)	(7,49)	
Superávit Orçamentário	1.206.150	920.061	31,09	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, permitido pela LRF, em cada Poder e no Ministério Público.

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida			
2º Quadrimestre 2011			
Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	43,19	46,17	48,60
Legislativo	2,50	3,23	3,40
Assembléia	1,26	1,83	1,93
TCE	0,73	0,86	0,90
TCM	0,51	0,54	0,57
Judiciário	5,37	5,70	6,00
Ministério Público	1,73	1,90	2,00
Defensoria Pública do Estado	0,39	-	-
Total	53,19	57,00	60,00

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

RCL últimos 12 meses = R\$ 18.527.850 mil

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram até o 2º quadrimestre de 2011, o montante de R\$ 2,37 bilhões, representando 22,65% da Receita Líquida de Impostos. No decorrer do ano, as despesas com educação deverão alcançar o limite constitucional anual de 25%, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em mil reais
Descrição	Realizado - 2º Quadrimestre		Limite Constitucional Anual
	2011	2010	
Receita Líquida de Impostos	10.456.768	9.177.567	
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	2.368.736	2.342.982	
% Aplicado na Manut. e Desenvolv.do Ensino	22,65%	25,53%	25%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, creche e alunos de ensino médio.

No 1º e 2º quadrimestre de 2011, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 1,99 bilhão, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 1,52 bilhão.

Demonstrativo - FUNDEF / FUNDEB			Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2007	(1.653.222)	836.469	(816.754)
2008	(2.173.385)	1.307.855	(865.530)
2009	(2.317.838)	1.678.147	(639.691)
2010	(2.669.753)	1.922.450	(747.303)
1º e 2º Quadrim. 2011	(1.997.043)	1.523.790	(473.253)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

As despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 1,32 bilhão, correspondendo a 12,36 % da Receita Líquida de Imposto e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

Despesas Próprias com Saúde			Em mil reais
Descrição	Realizado 2º Quadrimestre		Limite Constitucional Anual
	2011	2010	
Receita Líquida de Impostos	10.456.768	9.177.567	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.320.786	1.256.786	
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	12,63%	13,69%	12%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

8. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2010, os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 790,91 milhões, dos quais R\$ 766,32 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 24,58 milhões pelos Poderes: Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Foram pagos R\$ 668,79 milhões, representando 87,12% do total inscrito.

Demonstrativo dos Restos a Pagar - 2º Quadrimestre de 2011					Em mil reais
Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Varição (%) (c/(a-b))	A Pagar
Poder Executivo ¹	766.327	21.045	653.121	87,63	92.161
Poder Judiciário	12.499	1.176	8.783	77,57	2.540
Poder Legislativo	9.248	2	5.320	57,54	3.926
Ministério Público	1.063	901	96	59,72	65
Defensoria Pública	1.774	75	1.475	86,82	224
Total	790.911	23.200	668.795	87,12	98.916

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui Serviço da Dívida a Pagar: R\$29.702 mil .Sem saldo a pagar.

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para que, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

No quadrimestre, o Resultado Primário foi de R\$ 1,93 bilhão, superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 394,61 milhões.

Demonstrativo do Resultado Primário		Em mil reais	
Descrição	Realizado Janeiro a Agosto		
	2011	2010	
Receitas Fiscais Correntes (I)	16.817.886	15.342.851	
Receitas Fiscais de Capital (II)	227.673	374.240	
Receita Fiscais Total (III) = (I+II)	17.045.559	15.717.091	
Despesas Fiscais Correntes (IV)	14.160.305	13.064.791	
Despesas Fiscais de Capital (V)	954.000	1.187.780	
Despesas Fiscais VI = (IV+V)	15.114.305	14.252.571	
Resultado Primário (III - VI)	1.931.254	1.464.520	

Fonte : SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Meta do Resultado Primário - LDO para o ano de 2011 = R\$ 394.612 mil

10. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Em relação ao exercício anterior houve redução desta dívida em R\$ 1,42 bilhão.

Demonstrativo do Resultado Nominal		Em mil reais	
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 2º Quadr. 2011 (a-b)
	31/08/2011 (a)	31/12/2010 (b)	
Dívida Consolidada (I)	10.002.644	10.425.936	
Deduções (II)	2.363.191	1.368.929	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.157.814	1.666.413	
Demais Haveres Financeiros	264.985	237.910	
(-) Restos a Pagar Processados	(59.608)	(535.394)	
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	7.639.453	9.057.007	
Receita de Privatizações (IV)	-	-	
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	
Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V)	7.639.453	9.057.007	(1.417.554)

Nota : Meta do Resultado Nominal - LDO, para o ano de 2011 = R\$ (-) 189.186 mil

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 2º quadrimestre de 2011, a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 10,00 bilhões, sendo R\$ 7,77 bilhões originários da dívida interna, R\$ 1,79 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 440,85 milhões.

Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2010, verifica-se que houve redução de ordem de 4,06%.

Dívida Consolidada			Em mil reais
Discriminação	2º Quadrimestre de 2011	Saldo em 31/12/2010	% Variação
Interna	7.774.641	8.016.005	(3,01)
Externa	1.787.158	1.966.082	(9,10)
Outras	440.845	443.850	(0,68)
Total	10.002.644	10.425.936	(4,06)

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / COPAF

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,41 no 2º quadrimestre de 2011.

Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a RCL, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dívida Consolidada Líquida / RCL			Em mil reais
Descrição	DCL	RCL	DCL / RCL
Exercício de 2007	10.370.837	12.584.607	0,82
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72
Exercício de 2009	9.234.947	14.671.427	0,63
Exercício de 2010	9.057.007	17.372.551	0,52
Em Agosto de 2011	7.639.453	18.527.850	0,41

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/COPAF

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

12. CONCLUSÃO

Ao final do 2º quadrimestre, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$1,93 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 17,42 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 16,22 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 1,21 bilhão.

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 1,42 bilhão.

Metas	Em mil reais	
	Descrição	Meta Anual LDO
Resultado Primário	1.931.254	394.612
Resultado Nominal	(1.417.554)	(189.186)

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os limites referentes à dívida pública, garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite permitido pela LRF.

Limites Constitucionais e Legais - 2º Quadrimestre de 2011

Descrição	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo
Despesa de Pessoal	53,19	57,00	60,00
Dívida	0,41	1,80	2,00
Garantias de Valores	0,50	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	0,56	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip.de Receita	0,00	-	7,00

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os limites de educação e saúde apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no final do ano.

Descrição	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	22,65%	25%
Saúde	12,63%	12%

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 30 de setembro de 2011.

Observação: A Audiência Pública referente ao 2º quadrimestre de 2011, realizou-se no dia 04 de outubro de 2011, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF